RESOLUÇÃO (UE) 2023/1840 DO PARLAMENTO EUROPEU

de 10 de maio de 2023

que contém as observações que constituem parte integrante da decisão sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2021, Secção X — Serviço Europeu para a Ação Externa

O PARLAMENTO EUROPEU,

— Tendo em conta a sua decisão sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2021, Secção X — Serviço Europeu para a Ação Externa,

— Tendo em conta o artigo 100.º e o anexo V do seu Regimento,

— Tendo em conta o parecer da Comissão dos Assuntos Externos,

— Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0088/2023),

A. Considerando que o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) é responsável pela gestão das despesas administrativas da sua sede em Bruxelas e pela rede das 144 delegações e gabinetes da União;

B. Considerando que a responsabilidade do SEAE foi alargada de modo a abranger a gestão administrativa do pessoal da Comissão nas delegações através de uma série de acordos de nível de serviço;

C. Considerando que o papel das delegações consiste em representar a União e os seus cidadãos em todo o mundo, construindo redes e parcerias, e em promover os valores e os interesses da União;

D. Considerando que a especificidade do SEAE continua a ser a sua natureza e origem, uma vez que foi constituído através da fusão de pessoal pertencente aos antigos departamentos de relações externas do Conselho e da Comissão, em que foram integrados diplomatas dos Estados-Membros;

E. Considerando que, nos termos das regras internas do SEAE, o Secretário-Geral do SEAE atua como gestor orçamental delegado da instituição e o diretor-geral da gestão de recursos desempenha o papel de gestor orçamental subdelegado principal;

F. Considerando que a execução do orçamento é regida pelo Regulamento Financeiro e pelas normas internas para a execução do orçamento do SEAE;

1. Observa que o orçamento do SEAE se insere na rubrica 7 do quadro financeiro plurianual (QFP), «Administração pública europeia», que ascendeu a um total de 10,7 mil milhões de EUR em 2021; assinala que o orçamento do SEAE (pagamentos, incluindo contribuições da Comissão) representa cerca de 9 % do orçamento administrativo total no âmbito da rubrica 7 do QFP;

2. Verifica que, no seu relatório anual relativo ao exercício de 2021, o Tribunal de Contas Europeu (a seguir designado o «Tribunal») aumentou a sua amostra de operações cobertas pela rubrica «Administração» de 48 em 2020 para 60 em 2021;

3. Faz notar que o Tribunal assinala que o trabalho que desenvolveu ao longo de muitos anos indica que, globalmente, estas despesas são de risco reduzido; convida, no entanto, o Tribunal a incluir nos próximos relatórios anuais dados mais completos sobre o cumprimento de todos os requisitos necessários para um procedimento de quitação coerente;

4. Assinala que o Tribunal menciona que detetou dois erros quantificáveis nos pagamentos efetuados pelo SEAE, um relacionado com a inexistência de um contrato subjacente relativo a serviços adquiridos por uma delegação da União, e o outro relacionado com subsídios pagos a um membro do pessoal que não tinha declarado alterações recentes da sua situação pessoal;

5. Regista com satisfação que o Tribunal também observa que não detetou problemas significativos nos sistemas de supervisão e controlo que examinou no SEAE;

6. Faz notar, além disso, que, em 2015, o Tribunal detetou deficiências significativas relacionadas com os procedimentos de contratação e recrutamento organizados pelas delegações da União; verifica que, em 2021, o Tribunal realizou um seguimento destas observações, examinando uma amostra de dez procedimentos de contratação e oito procedimentos de recrutamento local organizados pelas delegações da União; observa que, em 2019, o SEAE melhorou o procedimento de adjudicação de contratos públicos através da simplificação e da modernização dos procedimentos de trabalho nas delegações da União, da centralização de alguns processos na sede e da criação de novos modelos para os documentos de concurso, reviu as regras e as condições que regem o emprego de agentes locais nas delegações da União e realizou verificações *ex ante* antes de estes serem recrutados; regista, por último, com preocupação que, em cinco dos dez procedimentos de contratação examinados, o Tribunal detetou algumas deficiências no modo como as delegações da União aplicaram as regras de contratação pública e verificou a existência de algumas lacunas nos oito procedimentos de recrutamento de agentes locais; insta o SEAE a tomar medidas para resolver os problemas que conduziram aos erros detetados nos concursos e evitar futuras violações das regras aplicáveis;

7. Incentiva vivamente o SEAE a tomar medidas adequadas, como a melhoria da formação e das orientações e dos modelos dos documentos de concurso, a fim de reduzir o número de erros relacionados com os processos de contratação e de recrutamento organizados pelas delegações da União, bem como a informar as autoridades de quitação sobre as medidas tomadas;

Gestão orçamental e financeira

8. Regista que, em 2021, o orçamento do SEAE foi de 767 626 000 EUR, o que representou um aumento de 5,0 % em relação a 2020, muito semelhante ao que se verificou em 2020, ano em que o orçamento aumentou 5,2 % em relação a 2019; observa que, para além do seu próprio orçamento, o SEAE também dispôs de um montante de 211 200 000 EUR (incluindo receitas afetadas e montantes transitados) da Comissão para cobrir os custos administrativos do pessoal da Comissão que trabalha nas delegações da União; assinala que, para além de outros montantes, o SEAE recebeu igualmente contribuições para cobrir os custos comuns do pessoal do Fundo Europeu de Desenvolvimento nas delegações, o que fez com que os montantes orçamentais totais (dotações de autorização) geridos pelo SEAE ascendessem a 1 091,1 milhões de EUR;

9. Assinala que, em 2021, foi executado 99,4 % do orçamento definitivo do SEAE no que se refere às autorizações, uma percentagem mais elevada do que a taxa de execução de 95 % registada em 2020; observa que, no que se refere aos pagamentos, foi executado 84,5 % do orçamento para 2021, uma percentagem ligeiramente superior à de 2020, ano em que a taxa de execução foi de 82,3 %;

10. Observa que, após transferências, o orçamento definitivo da sede do SEAE ascendeu a 295 milhões de EUR e que, deste montante, foram executados 290,5 milhões de EUR, o que equivale a uma execução de 98,5 %; verifica que, no que se refere aos pagamentos, foram executados 238,3 milhões de EUR, o que equivale a uma taxa de execução de 80,8 %;

11. Faz notar que, após transferências, o orçamento definitivo do SEAE para as delegações ascendeu a 472,6 milhões de EUR e que, deste montante, foram executados 472,4 milhões de EUR, ou seja, 99,9 %; observa que, no que se refere aos pagamentos, foram executados 410,1 milhões de EUR, o que equivale a 86,8 %;

12. Assinala que, devido à pandemia de COVID-19, o orçamento para tecnologias da informação foi aumentado em 2021, ao passo que o orçamento de várias rubricas, nomeadamente os salários, foi reduzido; regista que o SEAE informou a autoridade orçamental de três transferências efetuadas durante 2021, duas das quais foram realizadas para fazer face às despesas adicionais causadas pela pandemia e pela conciliação final das contas;

13. Observa que, em 2021, o SEAE procedeu a 131 352 pagamentos, dos quais 115 060, o equivalente a 87,6 %, foram efetuados dentro do prazo; observa ainda que o prazo de pagamento líquido médio foi de 18 dias e que a percentagem de faturação eletrónica foi de 24 %;

14. Constata com satisfação que o SEAE assinou um número considerável de acordos de nível de serviço, principalmente com a Comissão, mas também com outras instituições, que abrangem mais de 70 serviços diferentes prestados por 16 entidades; regista ainda que, embora o contabilista da Comissão (a Direção-Geral do Orçamento) continue a trabalhar como contabilista do SEAE, este serviço aumentou a sua própria capacidade de gestão de algumas funções contabilísticas e também as funções contabilísticas das delegações;

15. Regista com satisfação que o número de acordos de partilha de locais com base nos quais os Estados-Membros e outras entidades da União colocam o seu pessoal nas delegações da União continua a aumentar e chegou a 115 acordos em 67 delegações da União com um total de 36 parceiros;

Gestão interna, desempenho e controlo interno

16. Observa que, em 2021, o SEAE levou a cabo maior reorganização do seu serviço desde que foi criado em 2011, estabelecendo seis grandes departamentos geográficos e um Gabinete do Secretário-Geral, a fim de refletir melhor a atual situação geopolítica; verifica que também foi criada uma nova Direção de Comunicação Estratégica e Prospetiva através da fusão de duas Divisões de Comunicação Estratégica e da Divisão de Planeamento de Políticas e Prospetiva Estratégica, a fim de melhor combater a desinformação;

17. Assinala que, no decurso de 2021, as condições de trabalho no SEAE continuaram a ser fortemente afetadas pela pandemia de COVID-19; regista que foram nomeadamente realizadas poupanças nos salários, devido a processos de recrutamento mais lentos, bem como em missões, reuniões, conferências, etc.; constata que a pandemia também abriu novas possibilidades para a disseminação da desinformação e a manipulação e ingerência estrangeiras, aumentando assim os desafios que se colocam ao SEAE;

18. Observa que, em 2021, o SEAE enfrentou várias crises de segurança no Afeganistão, no Sael e na Etiópia, durante as quais tardou bastante a informar sobre as mudanças no terreno e a elas reagir, o que provocou evacuações precipitadas do pessoal da União;

19. Regista com satisfação que nenhuma delegação da União emitiu reservas em 2021;

20. Assinala que diferentes aspetos do trabalho do SEAE estão a ser auditados pelo seu auditor interno, pelo Serviço de Auditoria Interna da Comissão e pelo Tribunal de Contas; faz notar que, embora seja importante assegurar controlos e auditorias exaustivos, é igualmente importante evitar duplicações;

21. Regista com satisfação que o Serviço de Auditoria Interna da Comissão, no seu «Annual report on internal audits carried out in 2021» [Relatório anual sobre as auditorias internas realizadas em 2021] relativo a três auditorias anteriores relacionadas com a coordenação entre a Comissão e o SEAE, concluiu que todas as recomendações foram aplicadas;

22. Observa que, no seu plano para o período de 2018-2021, a Divisão de Auditoria Interna do SEAE se centrou principalmente nas despesas com o pessoal, que representam mais de 50 % das despesas do SEAE; verifica que o plano da Divisão de Auditoria Interna para o período de 2022-2024 se centrará noutros domínios não abrangidos anteriormente, como, por exemplo, a segurança, as infraestruturas e as tecnologias da informação; solicita ao SEAE que informe a autoridade de quitação acerca dos resultados desta auditoria interna;

23. Observa com satisfação que todas as operações financeiras do orçamento do SEAE registadas durante o exercício orçamental de 2021 são controladas através de amostras estratificadas aleatórias, utilizando uma metodologia semelhante à utilizada pelo Tribunal de Contas Europeu;

Recursos humanos, igualdade e bem-estar do pessoal

24. Constata que, no final de 2021, o SEAE contava com 5 072 membros do pessoal, dos quais 2 303 (45,4 %) trabalhavam na sede do SEAE e 2 769 (54,6 %) em delegações e gabinetes da União em todo o mundo; verifica que tal representa um aumento significativo de 9,2 % em relação aos 4 643 membros do pessoal existentes em 2020, dos quais 2 286 trabalhavam na sede do SEAE e 2 357 em delegações e gabinetes; assinala que a maior parte do aumento se verificou em delegações e gabinetes em que mais de 450 lugares de agentes locais foram transferidos do orçamento da Comissão para o orçamento do SEAE; observa, por último, que, em 2021, o SEAE recebeu da autoridade orçamental mais 47 equivalentes a tempo inteiro;

25. Observa que, no final de 2021, o pessoal era composto por 1 706 funcionários e agentes temporários, 1 543 agentes locais, 567 agentes contratuais, 467 peritos nacionais destacados, 43 jovens peritos nas delegações da União e 746 outros agentes externos e estagiários; nota, por último, que, além disso, 3 327 membros do pessoal da Comissão trabalhavam nas delegações da União;

26. Observa que, em 2021, as mulheres representavam 46,7 % do pessoal do SEAE, uma percentagem que fica ligeiramente aquém dos 48,7 % registados no final de 2020; assinala, no entanto, que as mulheres ocupavam 37,4 % dos lugares AD, o que representa um aumento em relação à percentagem de 37,3 % registada em 2020; constata com satisfação que se registou um aumento relativo do número de mulheres em cargos de gestão, independentemente do nível, tendo a percentagem de mulheres entre os quadros intermédios aumentado de 32,7 % em 2020 para 35,4 % em 2021, enquanto a percentagem de mulheres entre os quadros superiores aumentou de 25,5 % para 26,3 % e a de mulheres que exercem o cargo de chefe de delegação de 27,1 % para 29,4 %; incentiva o SEAE a dar o exemplo, aumentando o número de mulheres na chefia das delegações e a empenhar-se na diplomacia feminista, especialmente em países terceiros com normas menos rigorosas em matéria de igualdade de género, a fim de promover os direitos das mulheres e a governação inclusiva;

27. Congratula-se com o facto de o SEAE ter nomeado uma embaixadora para a igualdade de género e a diversidade, a fim de sensibilizar para a diplomacia, o diálogo político e as decisões políticas e aumentar a consideração por estas questões; congratula-se ainda com o facto de o SEAE, no âmbito da estratégia #NoWomanNoEUDiplomacy, estar a abrir programas de mentoria para mulheres nos graus mais baixos das categorias AST e AD, a fim de lhes oferecer uma trajetória profissional que lhes permita assumir cargos superiores; exorta o SEAE a continuar a centrar a sua atenção no equilíbrio de género entre o seu pessoal e a direção e a informar a autoridade de quitação sobre as iniciativas adotadas e os progressos realizados para alcançar este objetivo;

28. Solicita estratégias eficazes de formação em matéria de género no SEAE; salienta a importância de investir em recursos e conhecimentos especializados com vista à elaboração de estratégias de formação e educação centradas na aplicação de uma abordagem de igualdade de género às políticas e ao programas internacionais com o intuito de conseguir uma verdadeira mudança de cultura no seio do SEAE; assinala que se deve prestar uma atenção especial à incorporação de mecanismos de integração da perspetiva de género, à orçamentação sensível ao género, às avaliações de impacto em função do género e ao combate à violência baseada no género; sugere a adoção de um programa de formação completo com vista à aplicação adequada do GAP III a todos os níveis do SEAE;

29. Regista com satisfação que todos os Estados-Membros estão representados entre os membros do pessoal e que, em especial, o número relativo de membros do pessoal dos Estados-Membros que aderiram em 2004 ou mais tarde (UE13), aumentou, o que permitiu garantir uma repartição mais razoável do conjunto do pessoal; salienta, no entanto, a persistência de grandes desequilíbrios ao nível da direção, apesar dos apelos reiterados do Parlamento Europeu para que esta questão seja resolvida; manifesta preocupação com o facto de apenas 24 Estados-Membros estarem representados entre os embaixadores do SEAE, o que implica uma distribuição mais desigual, e de os cinco Estados-Membros com o maior número de embaixadores (França com 19, Alemanha com 18, Espanha com 17, Itália com 16 e Bélgica com 12) disporem de 82 dos 135 lugares, o equivalente a 61 %; realça a sua preocupação com o desequilíbrio geográfico que se verifica a nível dos chefes de delegação e reitera o seu apelo ao SEAE para que continue a melhorar a representação em termos de equilíbrio geográfico, a fim de garantir uma representação adequada dos cidadãos de todos os Estados-Membros;

30. Sublinha que os Estados-Membros da UE13 englobam 23 % da população da União; regista que o número de quadros intermédios de Estados-Membros da UE13 aumentou de 13,8 % em 2020 para 16,2 % em 2021, o número de quadros superiores destes países aumentou de 7,3 % para 8,9 % e o número de embaixadores destes países aumentou de 14,1 % em 2020 para 18 % em 2021; salienta que o SEAE, tal como todas as instituições da União, deve assegurar que todos os Estados-Membros estejam representados proporcionalmente, respeitando ao mesmo tempo as competências e o mérito dos candidatos; exorta o SEAE a garantir o equilíbrio geográfico, para que disponha de uma representação adequada dos cidadãos de todos os Estados-Membros, refletindo a sua diversidade, tal como indicado no artigo 27.º do Estatuto dos Funcionários; reitera o seu apelo ao SEAE para que prossiga a interação com os Estados-Membros para divulgar, junto das redes nacionais de diplomatas e do meio académico, os lugares de que dispõe;

31. Observa com preocupação que, em 2021, 15 lugares de direção intermédia e cinco de direção superior na sede do SEAE, bem como cinco lugares de direção intermédia nas delegações da União, ficaram vagos por um período médio de três meses, e que, durante esse período, 15 membros do pessoal ocuparam, de forma interina, cargos de direção; incentiva o SEAE a promover melhor as suas vagas e oportunidades de carreira e a estudar formas de melhorar o recrutamento de pessoal;

32. Observa que o SEAE continuou a implementar a reforma das condições aplicáveis aos agentes locais e que 62 % destes aderiram a esta reforma, o que, juntamente com os novos recrutamentos após 1 de junho de 2020, implica que mais de 66 % dos agentes locais estavam abrangidos pelas novas regras em 31 de março de 2022; insta o SEAE a melhorar a formação e as orientações sobre os procedimentos de recrutamento de agentes locais por parte das delegações da União, a fim de assegurar o cumprimento dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento;

33. Observa que o pessoal do SEAE está autorizado a fazer teletrabalho até três dias por semana na sede do SEAE e um dia nas delegações da União; regista com satisfação que o SEAE permite que tanto o pessoal da sede como o pessoal expatriado nas delegações da União façam teletrabalho dez dias fora do local de afetação, podendo este período ser prolongado em situações específicas para apoiar colegas que enfrentam situações familiares complexas;

34. Verifica que, em 2021, o número de pessoas que estiveram ausentes por motivo de doença aumentou 9,3 %, enquanto o número de dias de ausência por motivo de doença aumentou 36 %; considera que se trata de um aumento relativamente acentuado e insta o SEAE a investigar mais aprofundadamente se algo se pode fazer para melhorar as condições de trabalho físicas e mentais, de molde a garantir que a situação evolua de forma positiva nos anos vindouros; insta o SEAE a tomar as medidas necessárias para atenuar o risco de esgotamento profissional e assegurar o bem-estar do seu pessoal;

35. Observa que o SEAE não conserva os dados sobre as deficiências do pessoal, mas, num inquérito dirigido a todo o pessoal da sede e das delegações da União, dos 1 075 funcionários que responderam, 24 declararam incapacidade permanente e 23 declararam incapacidade temporária ou de curta duração; observa ainda que o SEAE solicitou às delegações da União informações sobre a adequação e a acessibilidade das instalações e da cidade onde se situam, o que deve ser visto como um primeiro passo para a possibilidade de também enviar pessoal com deficiência para as delegações; exorta o SEAE a continuar a prestar informações sobre os progressos realizados com vista à integração das pessoas com deficiência no serviço;

36. Congratula-se com os diferentes programas de destacamento e intercâmbio do SEAE com Estados-Membros, países terceiros, organizações internacionais e instituições da União, incluindo o Parlamento Europeu; acolhe com especial agrado o facto de, devido à melhoria da situação causada pela pandemia de COVID-19, ter sido possível retomar o programa entre o SEAE e o Parlamento Europeu a partir de novembro de 2021;

37. Congratula-se com o facto de o SEAE acolher um número relativamente elevado de estagiários, tanto na sede como nas delegações da União, a saber, 461 estagiários no total, dando assim a muitos jovens a oportunidade de trabalhar numa instituição da União; observa ainda que todos os estagiários que trabalham na sede recebem uma bolsa mensal, enquanto a maioria dos estagiários que trabalha nas delegações (96 %) é remunerada pelo SEAE ou por outras instituições; insta o SEAE a tomar as medidas necessárias para assegurar que todos os seus estagiários recebam uma remuneração digna;

38. Incentiva a prossecução dos esforços para rejuvenescer o pessoal essencial do SEAE e criar um corpo diplomático europeu permanente e especializado através da organização regular de concursos gerais especializados, com o objetivo de recrutar pessoas com talentos, competências e potenciais diversos;

Quadro deontológico e transparência

39. Assinala que o cumprimento das regras e das normas relativas ao comportamento ético e à transparência é essencial para todas as instituições públicas e ainda mais para o SEAE, já que este representa os valores da União em todo o mundo através das suas 144 delegações e gabinetes; congratula-se, por conseguinte, com o facto de o SEAE ter adotado recentemente os «Princípios de conduta profissional»; exorta o SEAE a organizar sessões sistemáticas de formação e sensibilização em matéria de boa conduta dirigidas a todo o seu pessoal;

40. Observa que o SEAE oferece ações de formação em ética no âmbito das sessões de boas-vindas a recém-chegados e como parte dos seminários de pré-destacamento destinados aos embaixadores da União; observa ainda com satisfação que todos os membros do pessoal com funções de gestão nomeados pela União são obrigados a participar num curso sobre a criação de um ambiente de trabalho sem assédio; incentiva o SEAE a oferecer também um curso geral sobre ética como parte da preparação obrigatória para o destacamento nas delegações e nos gabinetes da União;

41. Constata que, em 2021, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) investigou cinco casos que envolveram membros do pessoal do SEAE, quatro dos quais foram encerrados sem recomendações e um foi encerrado com recomendações; solicita ao SEAE que informe a autoridade de quitação sobre a aplicação dessas recomendações;

42. Verifica que, em 2021, o SEAE não teve qualquer comunicação com a Procuradoria Europeia, mas está disposto a cooperar, cabendo à Procuradoria Europeia a iniciativa com vista a um eventual memorando de entendimento entre os dois serviços; assinala que uma cooperação estreita com o OLAF e com a Procuradoria Europeia é importante para uma estratégia geral antifraude;

43. Congratula-se com o facto de o SEAE estar a atualizar a sua estratégia antifraude de acordo com a metodologia de 2021 e as orientações emitidas pelo OLAF em matéria de estratégias antifraude; regista com agrado o facto de o SEAE planear assegurar que as formações de sensibilização sejam dirigidas a todas as categorias de pessoal; incentiva o SEAE a tornar essas formações obrigatórias, pelo menos, para todo o pessoal que venha a ser destacado no estrangeiro; solicita ao SEAE que informe a autoridade de quitação sobre a nova estratégia quando esta estiver concluída, incluindo sobre a sua divulgação ao pessoal;

44. Observa que o SEAE recebeu 16 pedidos do Provedor de Justiça Europeu e que relativamente a 13 destes casos se concluiu que não houve má administração, ao passo que foi detetada má administração num caso e dois casos ainda estão em curso; regista com satisfação que o SEAE assumiu o compromisso de dar seguimento às recomendações do Provedor de Justiça Europeu nos dois casos relativamente aos quais este emitiu recomendações;

45. Solicita ao SEAE que controle os cargos de antigos quadros superiores e chefes de delegações, dado o caráter sensível do seu papel político; convida o SEAE a examinar sistematicamente as transições potencialmente problemáticas para o setor privado ou para organizações de países terceiros e a continuar a acompanhar as atividades profissionais de antigos altos funcionários até ao final do período de incompatibilidade obrigatório, uma vez que situações de conflitos de interesses não resolvidas podem comprometer a aplicação de normas éticas rigorosas em toda a administração da União;

46. Regista com satisfação que várias situações em que o pessoal das missões declarou ter conflitos de interesses foram resolvidas mediante a dispensa das pessoas em causa da execução de determinadas tarefas; observa com satisfação que o SEAE aplicou a três funcionários reformados o período de incompatibilidade relativamente a contactos profissionais com antigos colegas e que o SEAE não recebeu qualquer reclamação por incumprimento deste período de incompatibilidade;

47. Solicita ao SEAE que proíba todos os funcionários que tenham deixado de exercer funções de levar a cabo atividades de pressão e de defesa de interesses durante o período de incompatibilidade;

48. Exorta o SEAE a dar seguimento, sem demora, ao seu anúncio de querer adotar e executar disposições autónomas de execução relativas a atividades e missões externas, que criem uma base jurídica *sui generis* que permitam aos chefes das delegações proteger melhor a imagem e a reputação da União no seu conjunto;

49. Observa que, embora não tenha um papel direto na legislação da União, o SEAE desempenha um papel importante nas decisões relativas a sanções e na negociação de acordos comerciais internacionais, que têm um impacto regulamentar considerável; considera, por conseguinte, extremamente pertinente que o SEAE adira ao Registo de Transparência da União com base num acordo de nível de serviço; convida o SEAE a publicitar todas as reuniões com organizações de pressão de todos os tipos, incluindo as dos chefes das delegações da União, a fim de melhorar a transparência;

50. Observa com satisfação que não foi comunicado qualquer caso de denúncia de irregularidades em 2021 e que o SEAE aplica as orientações da Comissão sobre a denúncia de irregularidades, disponibilizando-as na sua intranet;

51. Apela a que se deixe de recorrer a empresas externas que, de acordo com a classificação da autoria da Universidade de Yale ([1]), continuam a operar na Rússia;

Digitalização, cibersegurança e proteção de dados

52. Observa que, em comparação com 2020, o investimento em projetos e equipamentos informáticos diminuiu 6,4 %, a saber, para 22 290 743 EUR, enquanto o investimento em segurança aumentou 24,6 %, a saber, para 5 778 000 EUR;

53. Congratula-se com o facto de o SEAE ter continuado a atualizar e a renovar o equipamento técnico em 2021 através, por exemplo, da duplicação da largura de banda da rede para melhorar as condições de teletrabalho e da instalação de mais de 500 novos equipamentos de videoconferência na sede e nas delegações da União; congratula-se ainda com o facto de o SEAE ter digitalizado totalmente os seus fluxos de trabalho administrativos, financeiros e em matéria de recursos humanos, aumentando a eficiência organizacional;

54. Assinala que é cada vez mais importante ter em conta a cibersegurança e congratula-se com o facto de o SEAE ter criado um novo sistema interno de classificação de segurança («EU restricted») para garantir comunicações seguras com o nível de classificação «EU restricted», e que foram tomadas medidas para permitir aos comissários europeus e outros fazer chamadas classificadas; congratula-se com o facto de o SEAE manter informações altamente classificadas em sistemas totalmente isolados de outras redes e da Internet;

55. Observa com preocupação que, em 2021, a solução de acompanhamento de incidentes e eventos de segurança do SEAE gerou mais de 16 000 ciberalertas, que deram lugar à identificação de 236 ciberataques reais, embora nem todos se tenham traduzido em violações de dados; exorta o SEAE a continuar a prestar particular atenção à cibersegurança e às ameaças híbridas, especialmente as que são patrocinadas por Estados estrangeiros, e a trabalhar em conjunto com outras instituições da União e com os Estados-Membros, a fim de identificar essas ameaças e proteger tanto quanto possível as infraestruturas da União; salienta que a sensibilização para a cibersegurança e um programa de formação sistemática para todo o pessoal, incluindo a direção, são elementos fundamentais para um quadro de cibersegurança eficaz;

56. Regista com satisfação que a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados realizou três inspeções relativas ao SEAE em 2021 e que todas foram consideradas encerradas sem observações adicionais;

57. Congratula-se com o facto de o SEAE ter adotado uma estratégia de alojamento, que assegura que os conteúdos relacionados com a sua atividade principal são mantidos nas instalações e que os respetivos dados são armazenados em servidores diretamente detidos e controlados pelo SEAE; solicita novamente ao SEAE que vele por que, na medida do possível, os dados da União apenas sejam armazenados em instalações situadas na União ou no EEE; congratula-se ainda com o facto de o SEAE continuar a velar por que as informações e as comunicações relativas ao tratamento de dados pessoais sejam de fácil compreensão e respeitem plenamente a legislação da União;

([1]) https://som.yale.edu/story/2022/over-1000-companies-have-curtailed-operations-russia-some-remain

58. Assinala que o SEAE está a avaliar soluções de fonte aberta em pé de igualdade com soluções proprietárias e a utilizar uma série de produtos de fonte aberta para programadores, soluções de alojamento, servidores de aplicações, bem como para a gestão da identificação e dos acessos;

59. Regista com satisfação que o SEAE adotou uma política de alojamento e mantém um repositório central de todos os sistemas de informação e serviços técnicos relacionados com as aplicações e os serviços operacionais; observa ainda que, no caso dos sistemas de informação alojados nas instalações, tanto o sistema como os respetivos dados estão armazenados em servidores diretamente detidos e controlados pelo SEAE e que o encarregado da proteção de dados assegura a realização de controlos rigorosos em matéria de proteção de dados;

Edifícios

60. Toma nota de que o SEAE detém um parque imobiliário muito vasto e complexo, que inclui os edifícios da sede em Bruxelas, cerca de 180 edifícios de gabinetes e 150 residências de embaixadores da União em todo o mundo; partilha do ponto de vista de que, tanto em Bruxelas como na maioria dos países do mundo em que a União pode prever a manutenção de uma representação, é provável que, a longo prazo, seja mais rentável deter os edifícios do que arrendá-los;

61. Congratula-se com o facto de o SEAE ter começado a adaptar os espaços de gabinetes a novas formas de trabalho, a fim de criar ambientes de trabalho atrativos e assegurar a utilização dos seus edifícios da forma mais eficiente do ponto de vista ambiental; solicita, ao mesmo tempo, que tais mudanças sejam levadas a cabo em estreita cooperação com o pessoal;

62. Acolhe com grande agrado o facto de o SEAE apoiar o objetivo da neutralidade climática e dar prioridade a edifícios com certificação ambiental; exorta o SEAE a aplicar igualmente medidas de poupança de energia no parque imobiliário existente; congratula-se com o facto de o SEAE já ter instalado uma central fotovoltaica de 355 m^2 no telhado da sede e em 18 delegações da União e incentiva o SEAE a aumentar o seu investimento em painéis solares em todo o mundo; solicita ao SEAE que realize uma análise custos-benefícios, especialmente do sistema instalado no edifício em Bruxelas, com vista a partilhá-lo com outras instituições da União que ainda não instalaram sistemas deste tipo;

63. Observa que o SEAE continua a dar grande importância à segurança, tanto na sede como nas delegações e nos gabinetes da União; congratula-se também, tendo em conta o atual contexto geopolítico, com a intensificação do trabalho de prevenção das ameaças de espionagem; apoia plenamente o SEAE no reforço das suas medidas de segurança para proteger tanto os membros do pessoal como as infraestruturas físicas e digitais contra ameaças e ataques;

Ambiente e sustentabilidade

64. Congratula-se vivamente com o facto de o SEAE ter criado um sistema de gestão ambiental que deve ser melhorado gradualmente e que abrange domínios como a poupança energética, a mobilidade do pessoal, os limites máximos de emissões de CO_2 para veículos de serviço, as tecnologias da informação, os contratos públicos ecológicos, a reciclagem e a triagem de resíduos, entre outros;

65. Observa que o SEAE adotou e levou a cabo iniciativas para apoiar a mobilidade sustentável do seu pessoal, estabelecendo como meta para 2023 que cerca de 80 % do seu pessoal utilize meios de transporte ecológicos; insta o SEAE a informar a autoridade de quitação sobre os progressos realizados na consecução destes objetivos;

66. Congratula-se com o facto de, em março de 2021, o SEAE ter iniciado a recolha de dados ambientais das delegações da União relativos ao consumo de energia e de água, à produção de resíduos, às deslocações diárias entre o domicílio e o local de trabalho, aos concursos públicos ecológicos e ao consumo de materiais como o papel e o combustível, etc.; incentiva o SEAE a prosseguir e a alargar esta iniciativa a todas as delegações, bem como a facilitar o intercâmbio de boas práticas entre elas;

67. Acolhe com agrado a participação do SEAE no serviço de assistência interinstitucional em matéria de contratos públicos ecológicos e o apoio prestado às delegações da União no que diz respeito aos critérios ambientais aplicáveis aos documentos dos concursos; incentiva a partilha gradual desses critérios entre todas as delegações da União e solicita ao SEAE que informe a autoridade de quitação sobre os progressos realizados neste domínio;

Cooperação interinstitucional

68. Congratula-se com o facto de terem sido celebrados acordos entre o SEAE e a Comissão relativos ao intercâmbio de documentos de nível «Restricted» e de ter sido celebrado um acordo de nível de serviço específico entre o SEAE e o Secretariado-Geral tanto do Conselho como da Comissão sobre o fornecimento de sistemas de voz e de mensagens seguros altamente classificados, que, tendo em conta o contexto geopolítico, se revestem de uma importância cada vez maior;

69. Saúda o facto de o SEAE ter concluído e assinado um acordo relativo ao estabelecimento da delegação da União no Reino Unido;

70. Acolhe com satisfação o facto de o SEAE declarar que mantém uma boa cooperação com o OLAF e com o Tribunal de Contas Europeu com base na confiança mútua e graças a reuniões regulares a vários níveis de trabalho, com o objetivo de prevenir a fraude e facilitar as investigações, os trabalhos de auditoria em curso e a aplicação das recomendações; incentiva vivamente o SEAE a desenvolver o mesmo tipo de confiança e de cooperação com a Procuradoria Europeia;

Comunicação

71. Observa que, em 2021, o orçamento do SEAE destinado a atividades de comunicação estratégica e à diplomacia pública ascendeu a mais de 26,17 milhões de EUR para apoiar atividades de comunicação na sede e em todas as delegações da União;

72. Congratula-se com o facto de ser atribuída prioridade à comunicação em domínios como os valores e os interesses da União, a resposta às crises sanitárias internacionais e a ação climática e com o facto de as delegações da União se terem centrado em jornadas temáticas, como, por exemplo, o Dia da Europa, as marchas «Orgulho Gay», o Dia da Mulher e a Semana da Diplomacia Climática;

73. Incentiva o SEAE a colaborar com a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados com vista a utilizar as duas plataformas de redes sociais de fonte aberta (EU-Voice e EU-Video), que foram lançadas como projeto-piloto público para promover a utilização de redes sociais gratuitas e de fonte aberta;

74. Salienta que o SEAE trabalha em estreita colaboração com meios de comunicação social independentes e parceiros da sociedade civil da região da Parceria Oriental para reforçar a sua capacidade de combater as ameaças de manipulação da informação e de ingerência por parte de agentes estrangeiros; congratula-se com o facto de o SEAE colaborar estreitamente com a Ucrânia para apoiar os esforços de comunicação estratégica deste país face à agressão militar não provocada da Rússia, a fim de assegurar que a manipulação da informação por parte da Rússia seja denunciada e combatida;

75. Insta o SEAE a reforçar as delegações da União nos países da Parceria Oriental; sublinha a necessidade de apoiar os países da Parceria Oriental que sofrem as consequências da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e de dar a conhecer aos cidadãos destes países as políticas da União de forma mais eficaz;

76. Acolhe com grande satisfação o facto de o SEAE ter investido de forma significativa no reforço e no desenvolvimento da resiliência com vista a combater a desinformação e a ingerência estrangeira nos assuntos da União, nomeadamente mediante uma reorganização da Divisão de Comunicações Estratégicas em 2021, que implicou o reforço das equipas que se ocupam da China, o recrutamento de 27 responsáveis pela comunicação estratégica junto das delegações da União e a criação de centros de partilha e análise de informações em toda a União, a fim de permitir ao SEAE combater melhor a manipulação da informação e a ingerência; salienta que o SEAE é a principal instituição da União responsável pela luta contra a ingerência estrangeira;

77. Solicita novamente ao SEAE que reforce o papel das delegações da União em países terceiros, a fim de consolidar a sua capacidade para denunciar as campanhas de desinformação que ameaçam os valores democráticos que são orquestradas por intervenientes estatais estrangeiros; solicita, além disso, ao SEAE que reforce a ação das delegações da União nos países vizinhos e nos países dos Balcãs Ocidentais, a fim de apoiar uma política de comunicação sobre a perspetiva europeia mais ativa e eficaz e de prestar a maior ajuda possível aos países empenhados em reformas pró-democráticas e pró-europeias; solicita às delegações da União que continuem a envidar esforços coordenados para aumentar a visibilidade dos projetos financiados pela União;

78. Regista com preocupação o facto de o Alto Representante ter declarado, durante a Conferência Anual de Embaixadores da União de 2022, que os relatórios das delegações da União chegaram demasiado tarde e que se manteve mais bem informado através dos meios de comunicação social; insta o SEAE a informar a autoridade de quitação sobre as lacunas identificadas e as medidas que devem ser tomadas para as colmatar;

79. Exorta as delegações da União a apoiarem os intervenientes locais, as organizações da sociedade civil e os parceiros sociais de países terceiros e a colaborarem com eles, a fim de fomentar o diálogo social e o diálogo sobre o Estado de direito, os direitos fundamentais e a luta contra a corrupção; solicita às delegações da União que acompanhem de perto o estado da democracia nos diferentes países e que prestem apoio logístico e tecnológico aos defensores dos direitos humanos e dos povos indígenas, em particular às mulheres; solicita às delegações da União que continuem a envidar esforços coordenados para aumentar a visibilidade dos projetos financiados pela União, especialmente nos países candidatos.